

A verdade entre o intelecto e a coisa: Em busca do fundamento da verdade com Tomás de Aquino e Frege – Parte II

*Truth between Intellect and Thing: In Search of the Ground
of Truth with Thomas Aquinas and Frege – Part II*

SÉRGIO DE SOUZA SALLES*

HUGO FARIAS SILVA**

Resumo: A verdade se diz de muitos modos. São muitos os modos de falar da verdade, porque são muitos os modos de ser verdadeiro. Ela está naquele que apreende a realidade, na própria realidade e mesmo antes dela. Diz-se de cada uma dessas e da ordem que perpassa todas elas. O que, contudo, unifica esses modos? Muitos foram os filósofos que buscaram responder essa pergunta: Tomás de Aquino e Gottlob Frege, desde épocas, tradições e pontos de partida bem distintos, foram dois deles. Pela leitura cruzada de suas reflexões, é possível inquirir desde a noção mais basilar de verdade até sua definição em busca não apenas do elemento comum, mas da sua fundação na realidade. Estabelecido o ponto de acordo, pelas suas disparidades, podem-se aprofundar suas intuições e iluminar suas contribuições a fim de dizer algo ao homem de um tempo em que as opiniões subjetivas tomaram o lugar do referencial objetivo. Pela redescoberta da verdade se pode redescobrir todo o real.

Palavras-chave: Verdade. Conhecimento. Realidade. Tomás de Aquino. Gottlob Frege.

* Sérgio de Souza Salles é Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e professor da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Contato: sallesfil@gmail.com

** Hugo Farias Silva é Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e aluno do curso livre em Filosofia do Instituto de Filosofia e Teologia do Seminário Arquidiocesano São José de Niterói (IFTSJ). Contato: fariash@outlook.com.br

Abstract: Truth is said in many ways. There are many ways to talk about the truth, because there are many ways of being true. It is in the one who grasp reality, in reality itself and even before it. It is said of each of these and of the order which goes through them all. What, however, unifies these ways? There were many philosophers who sought to answer this question: Thomas Aquinas and Gottlob Frege, from very distinct ages, traditions and starting points, were two of them. By cross-reading their reflections it is possible to inquire from the most basic notion of truth to its definition in search not only of the common element but of its foundation in reality. Once the point of agreement has been established, by their disparities one can deepen their intuitions and illuminate their contributions in order to say something to men of a time when subjective opinions have taken the place of objective referential. By rediscovering the truth one can rediscover all the real.

Keywords: Truth. Knowledge. Reality. Thomas Aquinas. Gottlob Frege.

Introdução

Uma pesquisa geral sobre a verdade, na filosofia, apresenta uma série de usos e compreensões possíveis, ao longo da História. A fim de explicar esses usos e comparar as compreensões dos filósofos, é costume falar em teorias da verdade, para classificar as reflexões a partir de uma ideia principal, que explique a verdade.

A primeira formulação de que se tem notícia vem de Platão (ABBAGNANO, 1962), no diálogo *Crátilo*, sobre a linguagem: “o discurso que expressa as coisas como são é verdadeiro, enquanto o que as expressa como não são é falso” (*Crátilo*, 385b). Desde a Antiguidade, então, múltiplas e variadas teorias foram e têm sido propostas. A partir de Abbagnano (1962) e Glanzberg (2018), algumas delas são apresentadas a seguir.

A mais antiga e recorrente dentre todas é a *teoria da verdade como correspondência*. É ela a que remonta a Platão, e alcança uma formulação consolidada em Aristóteles (*Metafísica IV*, 1011b 26-27): “verdadeiro é dizer que o ser é e que o não-ser não é”. Segundo ela, basicamente, uma proposição é dita verdadeira, se corresponde a um fato ou objeto, no mundo. Há teorias correspondentistas de cunho metafísico e semântico. Estas últimas se propõem apenas a postular uma definição, formalmente, correta. A seu lado, vigoram outras teorias, seguindo-se breve explicação.

Em seguida, há a *teoria da verdade como revelação*. Manifesta-se em duas formas principais. Na versão empirista, afirma que a verdade como que se revela ao homem de maneira imediata; a versão metafísica ou teológica, por sua vez, afirma a verdade como revelação extraordinária, que torna evidente a essência das coisas.

A *teoria da coerência*, expressiva no idealismo, afirma que a verdade de uma proposição depende de sua coerência com um conjunto de outras proposições; desse modo, uma proposição não é verdadeira sozinha, em relação ao mundo, mas o é em relação a um conjunto de outras proposições coerentes entre si e, portanto, verdadeiras.

A *teoria pragmática* determina por verdadeiro aquilo em que é útil crer, ou, com Peirce (1878, p. 300, tradução nossa), que verdade é “a opinião que é fadada a ser, definitivamente, aderida por todos os que investigam”. Aqui, o acento se move do campo teórico para o estabelecimento de um conceito que sirva a ser regra de ação. A *teoria da identidade* se aproxima da teoria da correspondência, mas diverge dela, num elemento fundamental. Aqui, a verdade de uma proposição não aponta para um algo no mundo, e tampouco é tornada verdadeira por isso, mas se identifica, essencialmente, com esse algo.

Existem ainda algumas teorias chamadas de minimalistas, donde se destaca o *deflacionismo*, para o qual o predicado “verdadeiro” é redundante e não tem conteúdo real, sendo apenas um recurso linguístico, de modo que não haja algo como uma verdade, a determinar do que se trata. Por fim, alguns autores adotam abordagens pluralistas, usando múltiplas definições para dar conta do conceito em contextos e usos diferentes, ou relacionando-as, de forma que uma venha em socorro dos limites de outra.

Diante desse esquema, é comum encontrar Santo Tomás, citado como um correspondentista paradigmático, e Frege como um deflacionista de quem, inclusive, eventualmente, se tomam emprestadas as palavras para explicar a posição. No entanto, como se viu na primeira parte deste artigo, essas classificações, apesar do seu alto valor didático, não são capazes de expressar toda a riqueza do pensamento dos autores. Para Tomás, a verdade se dá, primeiramente, na adequação, mas não termina nela. Para Frege, a verdade é real, ainda que na linguagem, o uso de “verdadeiro” soe vazio.

A partir, portanto, de ambos, é preciso responder ao problema originalmente proposto. O meio adotado para relacionar as duas compreensões é através de uma estratégia dialética. A leitura de um autor, a partir do pensamento

de outro, permite destacar aspectos que uma leitura isolada deixaria de lado, expondo limites e novas potencialidades. Se a verdade traz um problema relevante e atual, e uma filosofia tem a contribuir com a outra, uma abordagem comparativa pode ajudar a olhar de um novo modo para ele, esclarecendo-o. Uma visão deve abrir os horizontes de outra, fazendo com que juntas, possam ver mais longe: Tomás interrogado por Frege e Frege interrogado por Tomás.

O objetivo aqui é estabelecer o fundamento da verdade: o que a estrutura, em que ela se assenta e sobre o que ela trata. A verdade reporta à mente ou ao mundo, ao mental ou ao extramental, ao psicológico ou ao ontológico? Para responder a isso, desde semelhante comparação, é preciso esclarecer, primeiramente, o conceito de verdade. Sendo assim, o caminho a ser percorrido principia, elencando as intuições básicas acerca do tema, ao longo da Seção 1. Sobre estas se deve então prosseguir à precisão conceitual, ou seja, ao esclarecimento da natureza da verdade, conforme feito na Seção 2. Finalmente, de uma reta e clara compreensão decorre a resposta para a fundamentação da verdade, exposta na Seção 3.

1 A noção de verdade

Uma conceituação rigorosa acerca de uma noção precisa ser capaz de explicá-la; é fundamental que a verdade sobre a verdade não negue seu ponto de partida, pois, se o fizer, frustrará a sua finalidade. O objeto da análise antecede o produto dela; a noção inicial é anterior à formalização e indica o objeto que se quer conhecer. O surgimento de uma pergunta pressupõe algum conhecimento prévio, normalmente incompleto ou ainda desordenado. Qual a noção primária de verdade, então? O que visa quem fala em verdade?

A palavra “verdade” é corriqueira, no discurso comum e reúne em si diferentes usos. Em meio a outros, há um sentido que parece ser o primitivo, normalmente presente ao se qualificar uma asserção ou um pensamento, acerca de algo. Esse sentido vai desde o que é procurado pela mãe, no relato que exige dos filhos acerca de um incidente em casa, até o que busca um cientista com a sua pesquisa.

Quem pergunta pela verdade, em último caso, pergunta pela veracidade de algo, se esse é verdadeiro ou falso. A percepção implícita nesse movimento, evocada pelo uso dessa palavra, distingue e identifica dois elementos: aquilo

que é dito ou pensado, e aquilo sobre o que se fala ou pensa. Alguém pergunta se diz a verdade, para saber se aquilo que diz – ou antes, pensa – expressa fielmente aquilo que intenta descrever. A verdade se diz quando da coincidência de ambos. Porém, se é dito verdadeiro o que foi pensado, também ocorre dizê-lo daquilo sobre o que se pensou. De que natureza é tal coincidência, e como se dá essa comparação, são perguntas posteriores a uma formalização dessa noção e conseqüente compreensão dos processos relacionados a ela. É o que se busca quando da elaboração de uma teoria da verdade. O primeiro lugar a se reconhecer a verdade e a falsidade é o discurso, mas ele sempre aponta para um pensamento que o antecede e plasma, a que a veracidade do discurso se reporta. Uma frase ou sentença é verdadeira, porque expressa algo anterior na mente, um pensamento verdadeiro. Dá-se o mesmo com a falsidade. Decorre da existência de um pensamento acerca de uma coisa pensada, possivelmente anterior, a de um sujeito que pense e de objetos distintos dele que são pensados. Isso introduz a ideia de um mundo interior e outro exterior. Sobre isso, Frege (2002, p. 23) já dizia: “Mesmo um não-filósofo reconhece que é necessário admitir um mundo interior distinto do mundo exterior, o mundo das impressões sensoriais, de sentimentos e estados de alma, um mundo de inclinações, desejos e volições”. Essa distinção leva à do sujeito pensante e do objeto pensado, que caracteriza o conhecimento, como entende Frege (2002, p. 24) ao dizer: “O mundo interior pressupõe alguém de quem ele é o mundo interior”. A verdade, assim, aparece também como um tipo de manifestação interior do exterior e de uma identificação entre um objeto e algo num sujeito. De igual maneira, é razoável pensar que aquilo sobre o que se pensa, e conseqüentemente sobre o que se fala, antecede e provoca o pensar e o falar; esses vêm a desvelar para o sujeito algo para além dele, que já estava ali. Semelhante percepção teve Frege, que inclui algumas características do que chama pensamentos e, mediante eles, também aplicáveis à verdade. São três importantes notas que o filósofo percebe. Primeiramente, desde a introdução do *Der Gedanke*, Frege (2002, p. 11) insiste em que a verdade não trata do acontecer, mas sim do ser, e ainda, ao distinguir o ser verdadeiro do asserir como verdadeiro, conclui: “O ser verdadeiro de um pensamento nada tem a ver com o fato de ser pensado” (FREGE, 2002, p. 34). Parece que a verdade revela ao mundo interior do sujeito o mundo dos objetos que lhe é exterior. Logo, há uma primeira nota de posterioridade, no sujeito em relação à verdade. Ou, melhor, de precedência da verdade em relação ao sujeito que a conhece. Por conseguinte,

parece que a veracidade de algo independe de qualquer sujeito. Acerca disso, exemplifica Frege:

Assim, por exemplo, o pensamento que expressamos no teorema de Pitágoras é intemporalmente verdadeiro, verdadeiro, independentemente, do fato de que alguém o considere verdadeiro ou não. Ele não requer nenhum portador. Ele é verdadeiro não a partir do momento de sua descoberta, mas como um planeta que já se encontrava em interação com outros planetas, antes mesmo de ter sido visto por alguém (FREGE, 2002, p. 27).

Da precedência da verdade, conclui-se também uma nota de independência. O que é dado por um pensamento verdadeiro se dará, ainda que não seja conhecido; para que algo se dê, não depende de um sujeito que conheça.

Por último, Frege aponta que aquilo que é verdadeiro é objetivo e argumenta, a partir da não restrição a um indivíduo. Segundo o seu exemplo: “Se o pensamento que expresso no teorema de Pitágoras pode ser reconhecido como verdadeiro, tanto por outros quanto por mim, então ele não pertence ao conteúdo de minha consciência” (FREGE, 2002, p. 26).

Os conteúdos da consciência, do mundo interior, como uma emoção, só existem na consciência que os contém, naquele que os experimenta; são portanto, subjetivos. Ainda que muitas pessoas possam sentir raiva, a raiva de um indivíduo não pode ser sentida por outro; o que a designa é, justamente, ser a raiva daquele indivíduo e não de outro. Porém, quando se trata da verdade, não se dá da mesma maneira. Parece que se duas pessoas, como no exemplo de Frege, constatarem a verdade do teorema de Pitágoras, é sobre o mesmo teorema que se reportam, de modo que ao se verificar que mais de um sujeito pode alcançar a mesma verdade, ela não pode provir do mundo interior de um deles. Mesmo por preceder o conhecimento e dele não depender, a verdade apresenta esta terceira nota: é objetiva.

Diante, no entanto, dessas qualidades, também é relevante questionar o lugar da noção de verdade. Ainda antes de propor uma formalização, é necessário estabelecer se o conceito de verdade é primitivo, ou se há conceitos anteriores a que possa ser reduzido. Disso depende a definibilidade do conceito, ou seja, se ele pode receber, propriamente, uma definição, ou apenas um tipo de elucidação.

Tomando como ponto de partida as distinções acima, percebe-se que, para elaborar a noção de verdade, é necessária a de alguma coisa para se comparar

com outra. Se são idênticos, esse objeto tem uma nova propriedade, essa “identidade”, e então fala-se em verdade.

Verdade, então, pressupõe algo que há, a fim de poder ser comparado a outro. No conceito de ente se encontra esse componente necessário. Nesse sentido, Tomás inicia a solução do primeiro artigo do *De Veritate*:

Assim como nas demonstrações de proposições é preciso efetuar a redução a algum princípio conhecido, evidente para o intelecto, o mesmo ocorre ao investigar o que seja uma determinada coisa; senão, em ambos os casos, haveria regresso ao infinito e seriam impossíveis a ciência e o conhecimento das coisas. Aquilo porém que o intelecto por primeiro concebe, como a coisa mais evidente de todas e à qual se reduzem todos os seus conceitos é o ente, como diz Avicena, no início de sua *Metaphysica* [I, 6]. Daí ser necessário que todos os conceitos do intelecto sejam obtidos por acréscimo ao ente (*De veritate*, q. 1, a. 1, co.).

O conceito de algo que há, o ente, é não só o primeiro, mas o único primitivo, dele se derivam todos os outros, inclusive o de verdade. No entanto, essa posição vai de encontro à compreensão de Frege.

Tal oposição se estabelece sobre o modo de aplicação do conceito de verdade. Ambos os autores assumem uma postura metafísica realista, ou seja, admitem um mundo exterior ao sujeito sobre o qual esse se reporta; dessa forma, para ambos, a ordem conhecida mentalmente, é uma ordem real que antecede o mundo mental. Assim, se diz verdadeira a expressão, e se diz verdadeira a coisa expressa. Para Frege, essa predicação se dá de forma unívoca: o pensamento que a mente contempla está ele mesmo fora dela e a antecede, porque os dois que se dizem verdadeiros são, por fim, o mesmo. A mente só faz travar contato com o que já existia fora dela. Para Tomás, contudo, a verdade se predica analogamente: existe uma relação causal real entre o que se diz verdadeiro fora da mente e dentro dela, mas não é um termo médio entre ambos, como supõe o terceiro reino, mas o anterior externo produz o posterior interno. Por “reproduzir” o externo, o interno se diz verdadeiro e o nome passa a se aplicar também ao externo, mas de um modo diferente. Ao conhecer, a mente trava contato com o ser, mas esse contato se dá pela reprodução do mesmo ao modo mental.

A verdade unívoca de Frege – precedente, independente e objetiva – se identifica mais certamente, dentro do esquema analógico de Tomás, com a verdade da coisa; nela, contudo, concentra os outros usos. Frege entende que

a verdade de um pensamento é como uma propriedade eterna dele¹. Caso se considerem os pensamentos acerca do mundo material, percebe-se que o pensamento antecede aquilo a que ele se refere². Essa tese é importante para Frege, porque justifica a possibilidade de fazer referência a um evento que só se verifica em outro tempo, como por exemplo, uma predição do futuro. Ou seja, a verdade precede as coisas na eternidade. O homem apreende o pensamento a partir das coisas, mas a verdade, mesma, vem antes das coisas e parece então determiná-las. Ao se rejeitar, contudo, a verdade como relação e colapsar o verdadeiro na mente com o verdadeiro na realidade, o pensamento se diz verdadeiro, porque é. Ou antes, as coisas são porque são verdadeiras. Essa verdade única que, de maneira misteriosa (FREGE, 1997, p. 246), é apreendida pela mente, pensada como independente de qualquer mente, é causa do ser e, por isso, não pode ser definida. A verdade análoga, no entanto, ao fragmentar o conceito, prescreve um outro modo de ser verdadeiro – que não o dessa verdade que constitui a realidade a partir de pensamentos eternos –, a verdade do intelecto, constituída pela realidade, e distingue ambos. O modo como o verdadeiro se dá no cognoscente é desmistificado e a verdade, assim, depende do ser.

Seria o caso de questionar se a anterioridade da verdade da coisa em detrimento da do intelecto não lhe deveria valer a prioridade sobre o conceito. Deste fragmento de Tomás se principia a resposta a esse aspecto.

Quando predicados dizem-se primeiramente de uma coisa e, posteriormente, de outras, não é necessário que aquela coisa, que for causa das outras, receba por primeiro a predicação comum, mas aquela em que está, primeiramente,

1. No entanto, como discutido na Seção 2 da Parte I, convém salientar que não se pode dizer formalmente que, segundo Frege, a verdade seja uma propriedade dos pensamentos verdadeiros, porque ainda que se comporte similarmente a uma, ela conduz do sentido à referência, ou seja, tem domínio e contradomínio diferentes.

2. Há uma aparente contradição entre o lugar da verdade para Tomás e Frege. Naquele, a mente, entendida como sinônimo de intelecto, tem precedência, enquanto neste, ela tem um papel secundário. Tomás, no entanto, entende por intelecto algo imaterial, que ultrapassa a sensibilidade. Frege, na sua distinção entre ideia e pensamento, intui que a verdade ultrapassa a sensibilidade, mas ao ignorar como isso se dá no homem, atribui ao que chama mente apenas o que é sensível, o que constitui a dificuldade em explicar como a mente é capaz de apreender os pensamentos. Sendo assim, a mente, para Tomás, ultrapassa a mente para Frege. Ao se entender a verdade de Frege como verdade da coisa, entende-se a precedência da verdade à própria coisa e à mente humana que a conhece.

a noção comum completa [...]. O complemento de qualquer movimento ou operação está em seu término. O movimento, pois, da faculdade cognoscitiva, termina na alma – é preciso efetivamente que o conhecido seja no cognoscente, segundo o modo do cognoscente [...] (*De veritate*, q. 1, a. 2, co.).

Na sequência do texto citado acima, Tomás argumenta em favor de uma prioridade da verdade da coisa. A coisa se diz verdadeira sempre em referência a um intelecto, mas um é o modo como se relaciona ao intelecto prático – do qual depende, chamado sua causa eficiente – e outro, como se relaciona ao intelecto especulativo. A verdade da coisa é inerente a ela, enquanto a verdade do intelecto lhe é accidental. Por conta disso, quanto a ela, a verdade da coisa lhe incide primeiro, ou ainda, se diz própria e primeiramente. Essa prioridade, todavia, se dá na ordem do ser, ou ainda na ordem da causa eficiente. Na ordem do conhecer, a primeira verdade para o homem, a partir de que formula o conceito, é a verdade do intelecto, pela qual o intelecto especulativo conhece a coisa. Quanto à conceituação, por isso, a ela se atribui prioridade. Diz-se própria e, em relação à coisa, secundariamente³. A verdade do intelecto é formada pela apreensão do ser, conferido pela verdade da coisa. Nessa está o princípio do movimento, que vai do intelecto prático e culmina no intelecto especulativo.

Ainda assim, é possível levantar se essa separação de sentidos não poderia esvaziar o conceito de verdade, como é vazia, para Frege, a predicação de uma sentença como verdadeira, quando diz: “Expressamos o reconhecimento da verdade sob a forma de uma sentença assertiva. Para isto, não precisamos da palavra ‘verdadeiro’” (FREGE, 2002, p. 17). A essa afirmação, parece ecoar uma objeção que Tomás se coloca: “É uma banalidade a repetição inútil do mesmo; se pois o verdadeiro fosse idêntico ao ente, dizer que o ente é verdadeiro seria banal [...]” (*De veritate*, q. 1, a. 1, s. c. 1) e à qual responde: “A expressão ‘ente verdadeiro’ não é uma banalidade, porque com o nome ‘verdadeiro’ exprime-se algo que não se exprime com o nome ‘ente’ [...]” (*De veritate*, q. 1, a. 1, ad

3. Completa o quadro a verdade divina, o próprio Deus, que se diz própria, primeiramente e *simpliciter*. Em Tomás, Deus é a primeira verdade pela qual as outras são verdadeiras e a única verdade eterna. Em Frege, Deus não compõe o tema da verdade, no entanto, perante o desafio posto por seus pensamentos eternos, numa comparação com Tomás, pode-se localizá-los na mente divina (KENNY, 2002, p. 204). Para Frege, no entanto, basta demonstrar a necessidade das propriedades dos pensamentos e a realidade da sua apreensão pela mente humana, sem ser preciso expor o estatuto metafísico daqueles ou detalhar como se dá o conhecimento.

s. c. 1). Desse modo, a verdade, no sentido apropriado que lhe é atribuído por Tomás, acrescenta algo à simples compreensão do ser. Dizer que é verdadeiro não é o mesmo que dizer que é, mas acrescenta a isto aquela noção de comparação tratada no princípio desta Seção.

Cabe ainda questionar se a ciência do verdadeiro, a lógica, não deveria então ser reduzida a termos da ciência do ente, a metafísica, uma vez que seu objeto se reduz ao desta. Entretanto, a tradição aristotélica, na qual Tomás é incluído, não pensou dessa forma. Antes, ela alicerçou na lógica o edifício do saber, no qual não se encontra a metafísica antes do último andar.

Ainda que a primeira noção seja a de ente, ela só é conhecida mediante a verdade. Isso não se deve ao objeto estudado, mas à própria noção de ciência. Para se erigir um edifício do conhecimento, é preciso começar pelo que fundamenta o conhecer, que é a verdade. Por isso, mesmo ao se admitir no ente a noção primeira, seu estudo precisa começar pelo meio correto de se estudar, que é dado pelas leis do ser verdadeiro. A esse respeito, comenta Tomás: “o ente não é apreendido se a razão de verdadeiro não se segue à apreensão do ente” (S.Th. I, q. 16, a. 3, ad 3). Ou seja, é mediante a verdade que se conhece o ente. Conclui-se que o problema da verdade tem, de fato, primazia, pois ainda que a verdade siga as coisas, nela se funda toda ciência. Daqui, esclarecidos os princípios, convém em seguida precisar a natureza da verdade.

2 A natureza da verdade

A partir daqui, já é possível sair da intuição e partir para uma determinação formal. À pergunta pela natureza se responde com a definição. Conforme a Seção anterior, o conceito de verdade é análogo e não é possível uma definição, em sentido estrito, que abarque todos os sentidos, contudo, pode-se encontrar um sentido no qual se realize a noção própria de verdade que possa ser definido e, a partir dele, se atinjam os demais. Busca-se, portanto, a partir de uma definição, o primeiro sentido de verdade, segundo o conhecimento humano, para dele derivar os demais, mediante sua analogia. Classicamente, tudo aquilo que pode ser definido faz parte de um gênero, e dele se destaca por alguma diferença própria de sua espécie. Seguem daí duas discussões: primeiramente, quanto ao gênero próximo da verdade, ou seja, que tipo de coisa ela

é; em seguida, quanto à sua diferença específica, ou seja, o que a distingue das outras coisas que são como ela.

2.1 Gênero próximo

Primeiramente, portanto, convém perguntar que tipo de coisa é a verdade. Tomás a apresenta como uma conveniência, uma forma de relação entre o ente real, a coisa, e o ente enquanto verdadeiro, no intelecto adequado. Frege, ao contrário, apresenta uma argumentação para mostrar que a verdade não pode ser uma relação e concluir que ela é algo de *sui generis*, similar a uma propriedade. Vale a pena, portanto, começar revisitando os argumentos de Frege contra a teoria da correspondência.

Tendo admitido a analogia do conceito de verdade, pareceria razoável admitir, também aqui, a posição de Tomás, quanto ao sentido primeiro de verdade dizer respeito à adequação, em detrimento dos termos dessa. Contudo, o argumento de Frege conduz a um aspecto importante. Soames, após apresentar a primeira parte do argumento de Frege, contra a correspondência, presente na Seção 2.2, mostra a sua fraqueza e incapacidade de refutá-la. Soames interpreta que as teorias da correspondência, em geral, não entendem propriamente a verdade como relação, mas antes como propriedade relacional. Um paralelo apresentado é o predicado “pai”, como em: “João é pai”. Usado como predicativo nessa frase, “pai” apresenta uma propriedade de João, mas essa propriedade indica que João possui uma relação de paternidade para com seus filhos. Essa propriedade é ser participante e causa da relação de paternidade. Como o predicativo pai indica essa pertença de João à relação de paternidade, também o adjetivo verdadeiro indica que o pensamento em questão se insere numa relação. Assim, o uso do predicado verdadeiro indica a relação do ente e do intelecto. Desse critério se faz uma relevante distinção entre o verdadeiro e a verdade. Verdadeiro se diz dos termos da relação que se chama verdade, especialmente do conseqüente. Por isso, “tudo o que é verdadeiro é verdadeiro pela verdade” (S.Th. I, q. 16, a. 1, arg. 2).

Ainda assim, mesmo os usos feitos até aqui parecem confundir os dois conceitos. Quanto a isso, como Tomás põe, a verdade apresenta três sentidos: a causa da adequação, a própria adequação e a conseqüência da adequação. Sendo a adequação o sentido primeiro, ele, por analogia, se aplica aos seus

termos, à coisa e ao intellecto. Esses termos, por serem verdadeiros são também chamados de verdade, porque participam da adequação, que é, propriamente, a verdade⁴.

Disso pode-se concluir que ser verdadeiro é uma propriedade relacional dos termos da verdade; assim, verdade é a relação apresentada por aqueles que são ditos verdadeiros, os termos da relação. Os dois conceitos naturalmente se confundem entre si, ao se aplicarem em casos similares. É próprio, portanto, do que é verdadeiro, participar da verdade.

Quanto ao resto do argumento de Frege, Soames, segundo a reconstrução que faz, identifica o seu ponto fraco e mostra uma estratégia de contra-argumentação. A base, tanto para a circularidade, como para o regresso, que decorrem desse argumento, está no passo D: “D. Investigar (estabelecer) se S é investigar (estabelecer) se é verdadeiro que S, o que é investigar (estabelecer) se a proposição S é verdadeira” (SOAMES, 1999, p. 25, tradução nossa). Essa premissa pressupõe a verdade como conceito primitivo e causa do ser. Por isso, perguntar pelo ser de uma sentença implicaria perguntar pela sua verdade. Porém, se, mesmo quanto ao conhecimento, a verdade segue a noção de ente, essa premissa é falsa. Na realidade, é a pergunta pela verdade que se resolve na pergunta pelo ser. Desse modo, a solução da pergunta “A neve é branca?” não se procura ao perguntar “É verdade que a neve é branca?” mas, pelo contrário, é ao verificar que a neve é branca, é que se pode responder à primeira pergunta e, em seguida, à segunda. E, desse modo, dizer que “É verdade que a neve é branca” não expõe um predicado inútil, mas pressupõe um intellecto que apreendeu esse pensamento, quanto à cor da neve, e, portanto, está em conformidade com o real. O sujeito da sentença refere o sentido da mais simples.

4. O que se entende por verdade, em Tomás, diz respeito sempre à concordância entre aquilo que é conhecido e o intellecto. Por isso, a verdade não se reduz apenas ao intellecto especulativo humano, medido pelas coisas que conhece, mas também se estende à relação das coisas com o intellecto prático, que as mede, em que o conhecimento se dá antes de serem como a arte na mente do artífice. Assim, a razão de verdade se estende até Deus, artífice da criação, em cuja mente está o conhecimento das coisas, antes de serem criadas e mesmo não criadas. Em Deus, contudo, essa concordância não se dá por adequação, mas por identidade. O seu conhecimento das coisas está contido no seu conhecimento de si mesmo. Em Deus, intellecto e essência são um só; como também verdadeiro e verdade, verdade da coisa e verdade do intellecto. Dessa forma, a partir da verdade do intellecto, que é a primeira conhecida pelo homem, não só se chega à verdade da coisa, que lhe antecede na realidade, mas ainda à verdade divina, que antecede e supera a ambas; e a razão de verdade não apenas se expande horizontalmente, mas também verticalmente.

Ele não apenas expõe a verdade da coisa, mas por ter sido formulado, expõe também uma verdade do intelecto, já que a própria formulação pressupõe a verdade no intelecto, não apenas na coisa. Seria mais correto e claro, então, representar da seguinte forma: “É verdade que ‘a neve é branca’”. Ou seja, o uso do predicado “verdadeiro” pressupõe níveis de linguagem, ou seja, ele se refere não diretamente à realidade extramental, mas a uma formulação da linguagem. No último nível, o que se procura não é mais a verdade, mas o ser, fundamento último de toda verdade. Segundo Tomás, “é o ser da coisa, e não sua verdade, que causa a verdade no intelecto. Por isso, diz o Filósofo: ‘Uma opinião ou uma palavra é verdadeira porque a coisa é, não porque a coisa é verdadeira’” (S.Th. I, q. 16, a. 1, ad 3).

Levando em conta tudo isso, a verdade é uma relação, própria do verdadeiro, enquanto verdadeiro.

2.2 Diferença específica

Que tipo de relação é, todavia, a verdade? O que lhe é próprio e diferencia de outras espécies de relação? Quanto a isso, cabe levantar quem ela relaciona e como relaciona. Tomás, em direção à definição central que adota, apresenta: é uma relação de conveniência entre seus termos, a coisa e o intelecto. Essa concepção concorda com a noção estabelecida na Seção anterior, pois o que Tomás chama coisa e intelecto indicam o ente real e o pensamento acerca desse ente. Essa conveniência, ainda, é o que se obtém pela comparação entre os dois, antes comentada. Resta então resolver como se dá essa conveniência.

Ao trazer para o tema da verdade a discussão sobre a lei, Frege insinua uma percepção da verdade como uma ordem. A ordem das coisas é já estabelecida e, pelos sentidos, o pensar alcança essa ordem e se ordena a partir dela. Toda ordem está naquilo que é ordenado, mas o tratamento de Frege lida com a ordem por ela mesma. O pensamento fregeano traz esse sentido de uma ordem independente daquilo que ela ordena. É por essa razão que ele é compreendido como um pensador platônico, e é exatamente aí, que se dá um ponto de discussão e crítica; é também, por isso, que ele é capaz de lidar com a verdade univocamente, pois é a mesma a ordem na coisa ordenada e na mente que a compreende. Essa compreensão da mente se dá pela apreensão dos pensamentos, como já discutido.

Para esclarecer esse aspecto e sua relação com o que é próprio à verdade, como relação de conveniência entre o mental e o extramental, é relevante retomar o que se segue:

Ao pensar, não produzimos pensamentos, mas os apreendemos. Pois o que chamei de pensamento está na mais estreita relação com a verdade. O que reconheço como verdadeiro, julgo ser verdadeiro, independentemente, de reconhecê-lo como verdadeiro e, independentemente, de pensá-lo (FREGE, 2002, p. 34).

A verdade da coisa, embora pressuponha um intelecto prático que a produza, independe de um intelecto especulativo que a conheça, mesmo que cognoscível. Ela é verdade, ainda que não apreendida por homem algum, assim como a verdade de Frege. O sujeito, ao pensar, apreende a ordem do real, que o precede, pois a verdade, no sentido então empregado, antecede e ultrapassa as coisas. Como, entretanto, a mente opera essa apreensão? Sobre isso, Frege (1997, p. 246, tradução nossa) se manifesta assim: “Pois, ao apreender a lei, surge algo cuja natureza não é mais mental em sentido próprio, a saber, o pensamento; e esse processo é talvez o mais misterioso de todos”. Ele se abstém de qualquer discussão acerca do processo de apreensão, o modo como o conhecimento se dá; contenta-se em afirmar apenas a capacidade da mente em apreender pensamentos, em captar a ordem real – não causada pela mente, mas por ela captada.

A mais disto, Frege entende ainda, que há algo no homem que acolhe o conhecimento: “Embora o pensamento não pertença ao conteúdo da consciência de quem pensa, no entanto, na consciência tem que haver algo a que vise esse pensamento” (FREGE, 2002, p. 35).

A abordagem de Tomás, ao dividir a verdade, muda o foco da própria ordem para os ordenados. Ao seguir Aristóteles, Tomás olha para o abstrato sempre nos concretos que o realizam. Assim que a verdade se dê na constituição da coisa e na transmissão desta ao intelecto do cognoscente.

A mente, portanto, apreende a ordem da verdade da coisa pela produção da verdade do intelecto, que é algo no pensante. Assim, a mesma ordem se estabelece nele. O processo pelo qual isso se dá é a adequação de que fala Tomás. É através da adequação que se dá a conveniência entre o intelecto e a coisa. E por ela a ordem que está na verdade da coisa se reproduz no intelecto.

Frege, ao criticar a correspondência, ataca a postura empirista, que vê a verdade numa réplica da realidade, criada pela aglomeração das impressões sensoriais. A adequação, no entanto, trata de uma dependência real da coisa, de modo que o intelecto se torna capaz de contemplar, por meio dela, a coisa mesma, não apenas a impressão que recebe dela. Há uma inegável semelhança entre o conhecimento e o conhecido, distintos, por um se dar mentalmente e o outro, realmente.

Quando o sujeito entra em contato com a realidade, ela produz nele uma semelhança de si. Cada aspecto do real produz no sujeito uma semelhança própria. Esse sujeito estabelece uma estrutura entre essas semelhanças, juntando-as ou separando-as. Quando as junta, adequadamente, ele atinge a verdade. Como a realidade atua sobre o intelecto como uma luz exterior, que provê tudo o que ele tem, é real a relação que se estabelece entre o real e o intelectual, uma vez que sem ela não se dá conhecimento – o produto da verdade – no sujeito.

Assim como a verdade da coisa é causa do ser real da coisa, a verdade do intelecto é causa do ser racional do conhecimento. Ela é o ser em vista do intelecto. A verdade, enfim, é relação própria dos verdadeiros, e por ela, a mente apreende a realidade. Também por ela, a realidade se produz.

3 O fundamento da verdade

Uma vez presente a natureza da verdade, cabe, finalmente, questionar o que a fundamenta. Enquanto adequação⁵, a verdade se define sobre os seus termos, a parte real e a parte mental. Sendo assim, cabe questionar se há entre eles uma precedência.

Supondo que não haja, então a conveniência entre o mental e o real seria uma coincidência. Se for esse o caso, metafisicamente falando, a verdade seria mera relação de razão, onde a mente já tem uma ideia inata em si, ou produzida totalmente por ela, e a percebe conveniente ao real. Assim, a verdade enquanto relação seria apenas de razão, como um fortuito acaso.

No entanto, conforme discutido acima, a verdade é uma relação real, na qual a mente afirma ou nega ligações entre as semelhanças produzidas pelo contato com o mundo exterior. Dessa maneira, parece haver uma precedência.

5. Neste caso, trata-se aqui da verdade do conhecimento humano. A verdade, enquanto constituinte da coisa, claramente, se fundamenta no intelecto prático, do qual a coisa depende.

Se o fundamento estiver na mente, uma vez que aquilo que se diz propriamente verdade é o produto mental quando conveniente ao real, então incorre-se numa postura idealista, na qual o real depende do mental. A realidade exterior, portanto, teria a sua ordem imposta pelo interior. Contudo, a ordem na mente é, justamente, obtida pela apreensão do real. E, ademais, essa seria a postura do psicologismo, refutada por Frege, ao mostrar que ela confunde a verdade com a asserção, ou seja, confunde o ser verdadeiro, que depende do objeto, com o julgar verdadeiro, que depende do sujeito. E ainda, aquilo que é minimamente intersubjetivo, deve depender de um elemento externo aos sujeitos; mas, se é assim, o fundamento não se encontra no sujeito, sequer na sua mente, mas no objeto. Resta, portanto, que o fundamento da verdade esteja na realidade. A isso é ainda possível objetar que talvez a ordem vislumbrada pela mente não seja real, mas seja fruto do processo de apreensão, gerado pelo modo próprio da mente entrar em contato com o exterior. Por conseguinte, a concordância entre sujeitos se reduziria à conveniência no processo de apreensão, não no real. Porém, uma vez admitida a possibilidade da obtenção das semelhanças do real na mente, a esta cabe juntá-las ou separá-las, pelo juízo. É assim que a mente constrói a sua ordem. A verdade, para ser coerente com sua noção básica, se dará, caso o juízo concorde com a realidade, ou seja, caso a ordem do juízo reflita a ordem do real, o que se faz pela própria observação da realidade, uma vez admitido o acesso da mente a ela. Todavia, se o juízo discordar do real, então se dá a falsidade, por um erro de juízo.

Ainda que a mente discorde da realidade, isso não muda o fato de o pensamento, por ela formulado, corresponder, ele mesmo, à realidade ou não. Se não corresponder, a noção de verdade não muda por causa disso, apenas se afirma a falsidade. Se, por fim, todo sujeito for incapaz de apreender a ordem real, então todo sujeito é incapaz de verdade. Conforme Frege (1964, p. 13, tradução nossa): “Não há contradição em ser verdadeiro algo que todos tomam por falso”. Em suma, uma acepção de verdade, que exclua a relação de conveniência com o real, falseia a sua mais simples intuição e, dessa forma, a definição não depende da capacidade de apreensão do sujeito. Afinal, a verdade é o primeiro problema do saber. O problema do conhecimento segue este, e não o contrário. Quanto a isso, sintetiza Tomás:

Aquilo que é em outro só segue aquilo em que é, quando for causado por seus princípios: por isso, a luz que é causada no ar por alguma coisa extrínseca, a

saber, o Sol, segue o movimento do Sol, mais do que o do ar; semelhantemente, também a verdade, que se encontra na alma, causada pelas coisas, não segue a estimativa da alma, mas a existência das coisas, “porque, em virtude de que uma coisa seja ou não, diz-se que o discurso é verdadeiro ou falso”, e analogamente, o intelecto (*De veritate*, q. 1, a. 2, ad 3).

A mente, pois, recebe a semelhança dos entes e a ordem destes, da realidade exterior a si, com a qual tem contato, ou seja, ela se comporta como receptora para o real. É esse, em último caso, que provê à mente o seu conteúdo. Como, na verdade, é o mesmo que se dá, tanto na realidade quanto na mente, de modos distintos, segue-se que a mente participa da realidade e, dessa forma, é capaz de expressá-la. Se a adequação entre a mente humana e a coisa extramental é possível, é preciso que remontem a algo de comum, anterior a elas, capaz de lhes permitir partilhar um mesmo. Ambas constituem dois modos de ser, porque igualmente participam do ser.

Conclusão

Parece ser infundável a curiosidade. O mundo parece não se esgotar. Quanto mais se aprende, mais se tem a aprender. A pergunta move o homem, mas responder uma é como decepar a cabeça da hidra: duas outras tomam o seu lugar. O mundo do saber é tão amplo, que parece ser preciso fazer uma opção, um recorte. Entretanto, dedicar-se a algo que permeie tudo, de algum modo permite a tudo abraçar. Esse é o projeto clássico para a filosofia. Ao se dedicar ao universal, consegue alcançar um pouco de cada particular. Ao chegar às primeiras causas, consegue estar em todas suas consequências.

O esforço para dominar a técnica se justifica nos frutos por ela alcançados. O esforço por conhecer o universal só se justifica se esse conhecimento for verdadeiro, se o objeto for assimilado. Conhecer a verdade é um modo de tentar conhecer tudo. E, para ir mais longe, há ainda a ousadia de tentar ver por detrás da verdade, de buscar nela uma última sustentação que a fundamente.

Vê-se, desde uma noção mais incipiente, na realidade, o fundamento da verdade. Ao se falar em verdade, requiere-se por fim o próprio real. O fim da capacidade cognitiva é a apreensão de tudo o que a ela se apresenta. Fala-se em verdade, porque se lhe opõe a falsidade. O dito e o entendido podem não corresponder ao objetivo, mas o que se quer é que correspondam. O verdadeiro

é o real, entendido e dito. É verdadeiro, porque é real. É isso o que se quer alcançar, mesmo que não se possa, afinal, quem começa a procurar não tem garantias de que vai encontrar. No entanto, os últimos tempos apresentam um descrédito à verdade, ao conhecimento objetivo, à certeza, à razão; tudo em favor da opinião, da subjetividade, da dúvida insanável, da emoção. Onde impera a opinião por si mesma, sem nenhum referencial objetivo, no objeto da mesma opinião, não há acordo, não há solução, há apenas muitas vozes que repetem discursos indissociáveis. É, no entanto, justamente a postura contrária que permite alcançar o diálogo para além das barreiras. Como quer Frege, voltar-se para o objeto permite ultrapassar as barreiras do sujeito. Justamente essa postura permite a comparação, aqui feita entre dois autores tão distintos, como Tomás e Frege. É bem verdade que há elementos comuns, mas são muito mais claras as diferenças de interesse e discurso, impostas por épocas, formações e tradições distintas. Porém, em torno do objeto, toda subjetividade pode se encontrar: esse é o papel do referencial.

O discurso de Frege tem, nesse aspecto, um papel em que sua atualidade vem mais pela sua crítica do que pela menor distância no tempo. O subjetivismo que enfrentou no seu tempo ainda é um inimigo. Sua intuição contrária, do conhecimento da verdade, como uma apreensão da realidade, é seu primeiro contributo ao tema.

No entanto, é a mesma aproximação operada por Frege entre verdade e realidade que o conduz quase à identificação, na univocidade da verdade no mundo exterior e no interior. É exatamente nesse ponto, que se mostra a primeira grande contribuição de Tomás. Mesmo a sua definição principal, a adequação, é tomada por empréstimo junto a todas as outras. O que nos ensina, ao tomá-las todas, é que todas as perspectivas de verdade se relacionam para completar o conceito, não como uma amálgama disforme, mas sob uma ordem. A verdade é analógica. Ela admite muitas perspectivas e definições, mas dentre elas há de haver uma primeira e própria, que estenda a sua razão a outras. Assim, Tomás nos permite ultrapassar a principal dificuldade produzida por Frege: como se dá a apreensão.

Diante da dificuldade de explicar o modo como a apreensão dos pensamentos se dá, a partir do mundo exterior, parece ser preciso condescender à posição adversa: a verdade deve à mente a sua constituição e a intersubjetividade, é tanto o referencial, como a explicação da possibilidade de comparação. Tomás, ao contrário, dá a chave: existe, sim, na verdade, o elemento mental, e

é mesmo nesse campo que a razão de verdade se realiza primeiro, mas isso dá a ele o caráter de término, enquanto o de fundamento se deve à realidade. O modo da verdade na mente é um e outro o modo da verdade na realidade. A mente que se adéqua ao real participa da realidade, e é dessa forma que ela a apreende, ao seu modo próprio. A realidade é sempre sua fiadora, porque é o referencial objetivo de toda adequação com o sujeito.

Ao redor disso, todo o resto se estrutura. A verdade não se justifica pela coincidência, pela fortuita constituição comum. A verdade importa, importa o seu referencial objetivo; antes, é o próprio real que informa a mente. Violar a sua relação com a realidade não é valorizar o sujeito, mas isolá-lo, numa ignorância que é só sua, e fechá-lo por detrás das portas do erro.

A verdade importa, ela é necessária ao sujeito que, a partir dela, se interroga pelo seu sentido de ser. Ela rompe o mundo interior, fechado desde a modernidade, abrindo as portas para um mundo ulterior, onde o sujeito pode encontrar a si mesmo e a outro, diverso de si, não para perder-se nas coisas extramentais ou ainda fundir sua subjetividade com a de outrem, mas ultrapassá-las em direção à participação, no que é em si, e por si mesmo, verdadeiro.

Referências

ABBAGNANO, N. Verdade. In: ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962. p. 957-961.

AQUINO, T. de. *Questiones disputatae de veritate (quaestio I)*. In: AQUINO, T. de. *Verdade e conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução, estudos introdutórios e notas de Luiz Jean Lauand e Mario Bruno Sproviero.

AQUINO, T. de. *Suma teológica*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2002. v. 2. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale.

FREGE, G. *Investigações lógicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Org. trad. e notas de Paulo Alcoforado.

_____. Logic. In: BEANEY, M. (Ed.). *The Frege Reader*. [S.l.]: Blackwell, 1997.

_____. *The basic laws of arithmetic: exposition of the system*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1964.

GLANZBERG, M. Truth. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford encyclopedia of philosophy*. Fall 2018. [S.l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/truth/>. Acesso em: 2 mar. 2019.

KENNY, A. *Aquinas on being*. [S.l.]: Oxford University Press, 2002.

PEIRCE, C. S. How to make our ideas clear. *Popular Science Monthly*, n. 12, p. 286-302, jan. 1878.

PLATÃO. Crátilo. In: PLATÃO. *Diálogos VI: Crátilo, Cármides, Laques, Ion, Menexeno*. Bauru: EDIPRO, 2010.

SOAMES, S. *Understanding truth*. New York: Oxford University Press, 1999.

Artigo recebido em 26/11/2019 e aprovado para publicação em 11/12/2019

ISSN 1677-7883

DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v19i37-2020-5>

Como citar:

SALLES, Sérgio de Souza; SILVA, Hugo Farias. A verdade entre o intelecto e a coisa: Em busca do fundamento da verdade com Tomás de Aquino e Frege – Parte II. *Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 79-98, jan./jun. 2020. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br